



Brasília-DF, 08 de julho de 2026

Centrais sindicais celebram o 9 de Julho Operário



São Paulo recebe mais uma edição do Dia da Luta Operária nesta quinta-feira (9), promovida pelas centrais sindicais e entidades parceiras. O evento reunirá dirigentes sindicais, trabalhadores e representantes de movimentos sociais em um ato que preserva a memória da classe trabalhadora, homenageia lideranças históricas e reafirma a importância da luta pela ampliação dos direitos sociais.

A edição deste ano também celebra os 140 anos da Greve de Chicago (1886), marco histórico que deu origem ao 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. A programação terá início às 9 horas, na sede do SindPD (CSB), em São Paulo.

A relação de homenageados deste ano reúne nomes que marcaram a história das lutas sociais e do movimento sindical brasileiro. Entre eles está o cartunista Laerte Coutinho, cuja obra contribuiu para fortalecer a comunicação dos trabalhadores, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980.

Também será reconhecido o ex-deputado federal Aurélio Peres, metalúrgico e integrante da Pastoral Operária, que teve atuação destacada na resistência à ditadura militar e na defesa da democracia.

A cerimônia também reconhecerá a trajetória de Paulo Cannabrava e José Maria de Almeida, militantes com importante atuação em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Além disso, serão prestadas homenagens póstumas a Rubens Romano, Nair Goulart, Célia Rossi, Waldemar Rossi, Paulo Frateschi e Idibal Pivetta, em reconhecimento ao legado deixado por cada um na organização dos trabalhadores, no fortalecimento do movimento sindical e na promoção das liberdades democráticas.

Realizada de forma unitária, a iniciativa é organizada pelas centrais NCST, CTB, CUT, Força Sindical, UGT, CSB, Pública, CSP-Conlutas, Intersindical Central da Classe Trabalhadora e Intersindical Instrumento de Luta, com o apoio do Centro de Memória Sindical (CMS), IIEP, Instituto Astrojildo Pereira, OBORÉ e do mandato do deputado estadual Donato.

Fonte: NCST

O Globo destaca falta de mão de obra



O jornal O Globo, de domingo, deu a escassez de mão de obra como manchete principal. "Oito em cada dez empregadores têm dificuldade de preencher vagas abertas". Segundo o jornal, cerca de 80% das empresas têm dificuldades em contratar.

A Agência Sindical falou com Pedro Afonso Gomes, economista e um dos 18 conselheiros do Cofecon. Ele relaciona a demanda por trabalhadores com o ciclo de crescimento da economia brasileira. Também observa ausência na formação de mão-de-obra. O economista diz: "Entidades do Sistema S e o próprio sindicalismo não têm dado prioridade à formação, qualificação ou requalificação de trabalhadores".

Brasília-DF, 08 de julho de 2026

Pedro Afonso Gomes já presidiu o Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo. Ele chama atenção para a mudança no perfil profissional. E comenta: “Hoje, um vendedor no comércio, por exemplo, precisa se especializar, entender do produto e saber se relacionar com o cliente. Não é mais apenas o ato de vender a mercadoria”.

De acordo com o Conselheiro do Cofecon, “é evidente que salários maiores atrairiam mais trabalhadores, mas isso demandaria várias iniciativas, incluindo uma ação sindical mais efetiva na conquista de ganhos reais concretos acima da inflação”. Setores do patronato resistem a elevar o padrão salarial, ele observa.

Estado – Pedro Afonso aponta o papel do Estado no crescimento e estabilidade econômica. E comenta: “A economia vive da confiança. A atuação do Estado brasileiro, via PAC ou aberta de linhas de financiamento, passam confiança e atraem investimentos privados internos e externos”. Segundo Pedro, essa postura pode ser medida pela atuação do próprio BNDEs. Segundo o economista, “a política posta em prática pelo BNDEs atualmente concentra-se em apoiar setores produtivos e geradores de mão de obra e renda”.

Dieese – A Agência Sindical ouviu também Rodolfo Viana, economista do Dieese e professor. Ele brinca, dizendo que “o problema da falta de mão de obra é um bom problema”, exigindo das empresas melhoria no patamar salarial e empenho na qualificação. O apagão da mão de obra, segundo o economista, tende a ocorrer toda vez que há um ciclo de crescimento econômico. “Apesar dos juros altos”, ele ressalva.

Pizza – Para o professor Rodolfo Viana, “A riqueza da sociedade faz lembrar um pizza de quatro pedaços: salários, lucros, aluguéis e juros”. Ele afirma: “É bom para todos aumentar o pedaço da pizza relacionado aos salários”.

A sociedade evolui e os paradigmas mudam. Rodolfo Viana entende que “hoje em dia, as pessoas não estão mais dispostas a trabalhar por um salário baixo, tendo que sofrer cerca de quatro horas num transporte público lotado e precário”.

Cartazes – Quem anda por São Paulo praticamente tromba em anúncios que ofertam emprego. E não só na área central. “A periferia também está repleta desse tipo de anúncio”, comenta Rodolfo Viana.

Fonte: Agência Sindical

Paim defende votação da PEC que acaba com a escala 6x1



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira (6), o senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a aprovação da PEC 221/2019 — proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais e extingue a chamada escala 6x1, sem redução de salários.

Ao lembrar que o Senado promoveu uma sessão de debates sobre o tema na última quarta-feira (1º), ele ressaltou que a maioria dos participantes apoiou a proposta e pediu que a matéria seja votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo Plenário do Senado.

— É fundamental que o Senado vote, o quanto antes, a PEC 221, de 2019. Ela já foi aprovada na Câmara; de 513 parlamentares [o total de deputados federais], somente 19 votaram contra. Pesquisas apontam que mais de 80% da população brasileira apoia o fim da escala 6x1, passando, então, para a 5x2. (...) Estamos tratando de políticas humanitárias, distribuição de renda, solidariedade e justiça social. Estamos falando do presente e do futuro de gerações. Estamos falando de famílias, de saúde física e mental, de mais tempo para o estudo, para a qualificação profissional, para a cultura, para o lazer, para a convivência do dia a dia da nossa gente — disse.

Paim também afirmou que a redução da jornada segue a experiência adotada pela Constituição de 1988, quando a carga semanal de trabalho passou de 48 para 44 horas. Segundo ele, o avanço tecnológico e as mudanças nas relações de trabalho reforçam a necessidade de atualização da legislação trabalhista. O senador ainda alertou para os impactos da “pejotização” (a contratação de trabalhadores como pessoa jurídica, sem carteira assinada) sobre a Previdência Social. Para ele, o desenvolvimento

**Brasília-DF, 08 de julho de 2026**

econômico precisa estar associado à valorização do trabalhador.

— O trabalho está mudando. A economia está mudando. A sociedade está mudando. E nós temos a responsabilidade de refletir sobre essas transformações e garantir que o progresso tecnológico esteja a serviço das pessoas, e não somente do lucro, porque, no fim das contas, o desenvolvimento só tem sentido quando ele melhora a vida humana. Nenhum indicador econômico é mais importante do que a dignidade das pessoas. Nenhuma estatística vale mais do que a saúde de um trabalhador ou de uma trabalhadora. Nenhum avanço tecnológico será verdadeiramente um avanço se não resultar em mais qualidade de vida, mais justiça social, mais felicidade para o nosso povo — declarou.

Fonte: Agência Senado

Cartilha do DIAP joga luz sobre o processo eleitoral e oferece roteiro para o voto consciente

Antônio Augusto de Queiroz*

Publicação reúne orientações para eleitores e candidatos, destaca as novas regras sobre inteligência artificial e reforça a importância da participação democrática.

Em tempos de profunda polarização e de uma avalanche de desinformação que ameaça a integridade do debate democrático, o ato de votar se torna um exercício de cidadania que exige mais do que um simples gesto. O voto é a ferramenta mais poderosa que um cidadão possui para definir o futuro do seu país. Consciente desse desafio e da sua responsabilidade histórica, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) lança, mais uma vez, a publicação "Eleições Gerais de 2026: Orientação a eleitores e candidatos", que tenho a honra de escrever desde a primeira edição.

Esta cartilha, que integra a Série Educação Política do DIAP, é editada em todas as eleições gerais e municipais desde 2010, consolidando-se como um verdadeiro guia prático. O objetivo central é engajar cidadãos e cidadãs – especialmente os trabalhadores, servidores públicos, aposentados e pensionistas – no processo eleitoral, fornecendo subsídios para um voto informado e uma participação política qualificada. O material é dividido em blocos temáticos claros, atendendo tanto ao eleitor que busca critérios para

sua escolha quanto ao candidato que deseja estruturar uma campanha ética, transparente e dentro da legalidade.

A edição de 2026 chega em um momento considerado divisor de águas. O pleito colocará em disputa diferentes projetos de nação, com visões antagônicas sobre o papel do Estado, da economia e das políticas sociais. Nas palavras de Rita Serrano, presidenta do Diap, "estará em jogo a escolha do presidente da República, dos governadores, de 54 senadores (o equivalente a dois terços do Senado Federal), além de todos os 513 deputados federais e os 1.059 deputados estaduais e distritais". A qualidade da representação política, portanto, não é um detalhe, mas sim a alavanca ou a âncora para o desenvolvimento nacional.

A publicação alerta para a necessidade de rejeitar candidaturas que se alimentam do negacionismo, do fundamentalismo ou de projetos autoritários. "A memória do ciclo 2018-2022 segue viva", destaca a presidenta do Diap na introdução da cartilha, lembrando que o preço de um governo negacionista foi cobrado em vidas durante a pandemia, além das sucessivas tentativas de ruptura democrática. O texto enfatiza que a composição do Congresso Nacional merece atenção redobrada, pois pode tanto acelerar pautas de desenvolvimento quanto travá-las por completo.

Para o eleitor, a cartilha oferece orientações práticas sobre o voto consciente, ensinando a identificar perfis de candidatos verdadeiramente comprometidos com o interesse público e a evitar a manipulação midiática. Nesse sentido, a obra cumpre uma missão dupla e estratégica: municiar o eleitor com informações para identificar candidaturas comprometidas com o coletivo e oferecer aos candidatos um guia estruturado para campanhas éticas.

Já para quem pretende se candidatar, a publicação é um manual completo. Ela detalha desde os requisitos legais para a candidatura, como o prazo de filiação partidária e as hipóteses de inelegibilidade, até a estruturação de uma campanha de alto impacto. Os capítulos dedicados a essa finalidade abordam desde o planejamento, a arrecadação de recursos e a prestação de contas, até as regras detalhadas para a propaganda eleitoral, especialmente a digital.

Um ponto de destaque nesta edição é a nova regulação para o uso de Inteligência Artificial na propaganda eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que é obrigatório informar, de forma explícita e destacada, sempre que um conteúdo de vídeo, áudio, foto ou texto multimídia foi gerado ou manipulado por IA, sendo proibido o uso de chatbots

**Brasília-DF, 08 de julho de 2026**

(simular e processar conversações humanas) ou avatares (clones digitais) para simular conversa com uma pessoa real.

Além dos aspectos técnicos, a cartilha resgata o sentido da política como a única solução para os problemas coletivos, defendendo a transparência, a ética e o compromisso com a justiça social. A publicação conclui com uma "Carta-Compromisso", um contrato de confiança que candidatos podem assumir publicamente com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a classe trabalhadora, a ética no mandato e a defesa do povo.

O grande desafio, como aponta a obra, é passar da democracia representativa para a democracia substantiva, aquela que garante participação real do cidadão nas decisões que afetam sua vida. Porque, em última análise, uma Câmara dos Deputados ou um Senado Federal onde só alguns têm vez não é democracia plena. A cartilha é, portanto, uma ferramenta de luta para que a sociedade possa construir um país mais justo e mais parecido com a sua gente, porque, como destaca seu texto, não há transformação duradoura sem povo consciente e sem representantes comprometidos. A íntegra da cartilha está disponível para acesso gratuito no [portal do DIAP](#). Boa leitura.

Fonte: Congresso em Foco

Senado publica notas taquigráficas sobre debate da jornada de trabalho



Assista aqui o debate na íntegra

O Senado Federal disponibilizou as [notas taquigráficas](#) da sessão de debates temáticos realizada em 1º de julho, que reuniu representantes do governo, do setor produtivo, das centrais sindicais, especialistas e parlamentares para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e extingue a escala 6x1. O material reúne a íntegra das

manifestações apresentadas durante a audiência, promovida a partir do Requerimento nº 414/2026, oferecendo um panorama completo dos argumentos favoráveis e contrários à proposta.

As notas registram as exposições de ministros de Estado, senadores, deputados, representantes de trabalhadores, entidades empresariais e especialistas, que abordaram os impactos sociais, econômicos, jurídicos e produtivos da PEC, além dos desafios relacionados à produtividade, à negociação coletiva, à competitividade das empresas e à qualidade de vida dos trabalhadores. O documento constitui importante fonte de consulta para o acompanhamento da tramitação da matéria e do debate legislativo sobre um dos principais temas da agenda trabalhista em discussão no Congresso Nacional.

Fonte: Diap

